



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 20

QUINTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 3, DE 1992-CN

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992, que “Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal”.

Relator: Deputado Nilson Gibson

I — Do projeto proposto.

O projeto em foco, oriundo do Supremo Tribunal Federal, trata da majoração dos vencimentos dos Ministros daquela Corte de Justiça. O argumento que fundamenta tal iniciativa é o da isonomia de vencimentos, prevista na Carta de 1988, ou, mais precisamente, no seu art. 37, inciso XI.

Assim, como fulcro no citado artigo e, também, no art. 39, § 1º, propõe o Supremo Tribunal Federal que os vencimentos de seus Ministros sejam majorados. A isonomia pretendida, *in casu*, é com a remuneração a que têm direito os Parlamentares do Congresso Nacional.

Basicamente, é feita referência ao disposto “nas Resoluções nº 17, de 16 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados e nº 85, de 17 de dezembro de 1991, do Senado Federal, que elevaram os vencimentos de Deputados e Senadores”.

II — Da apreciação da matéria no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a matéria foi aprovada, tendo sido encaminhada à sanção presidencial, através da Mensagem SM nº 23/90, de 3 de abril de 1992.

III — Do veto presidencial.

Sucede, todavia, que o Presidente da República, com base no parágrafo 1º, do art. 66, da Constituição Federal, decidiu vetar integralmente o Projeto, “por considerá-lo contrário ao interesse público”.

Na mensagem presidencial dão conta que a iniciativa do Supremo Tribunal Federal, reajustando remuneração de oitenta e sete por cento aos Magistrados do Excelso Pretório, retroativo a 1º de novembro de 1991 abriria precedente para postulação dos servidores do Poder Judiciário e, posteriormente, do Executivo, para que fossem concedidos reajustes semelhantes, de acordo com o estabelecido no art. XII, da Lei Maior, bem assim, causaria um acréscimo de 1,6 trilhão,

elevando a despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal a Encargos Sociais de 1,8 para 3,4 trilhões de cruzeiros.

A Constituição (art. 37, XI) determina que a lei observe como limites máximos de remuneração no âmbito de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) os valores percebidos em espécie, a qualquer título, pelos Membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal, princípio que não se confunde com a isonomia entre servidores dos três poderes (art. 37, § 1º), servindo-lhe, antes, de pré-requisito.

Na estrita conformidade dessa norma constitucional, da qual é o interprete máximo e final o Supremo Tribunal Federal, como antes já o fizera, encaminhou Mensagem ao Congresso Nacional propondo a edição de lei que garantisse a equivalência de remuneração devida aos seus Ministros, nos mesmos valores percebidos pelos Parlamentares. Igualmente procederam o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Superior Tribunal Militar e a Procuradoria-Geral da República, guardando, porém, a diferença para menos da remuneração proposta para seus Ministros e Procuradores, na conformidade de antiga e consolidada tradição. O encaminhamento da referida Mensagem procurou corresponder unicamente ao imperativo constitucional, tal como interpretado pelo Supremo Tribunal Federal, não refletindo mera preocupação de aumento salarial. Não se perdeu de vista, jamais, o interesse público, que há coincidir com a rigorosa obediência da Lei Maior.

Observe-se que, no total da receita da União no exercício de 1991, à dotação global de todo o Poder Judiciário não ultrapassou 1.08% da despesa, assim, muito inferior, mesmo somada a do Poder Legislativo (0.58%), à dotação da Presidência da República, de 2,61%.

A questão dos vencimentos da Magistratura cumpre, portanto, ser tratada no contexto estritamente institucional, tal como fizeram os projetos de lei agora vetados, encaminhados, acentue-se, quando ainda sequer se cogitava do reajuste geral, de 80%, concedido ao funcionalismo militar e civil.

O Poder Judiciário não é insensível às dificuldades que afligem o País. Preocupa-se com o cumprimento do princípio

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

constitucional, porque indispensável ao resguardo da instituição, essencial para a garantia dos direitos dos cidadãos. A Constituição de 1988, restabelecendo em sua plenitude o princípio da independência e harmonia dos Poderes, fundamento do Estado de Direito de inspiração democrática, encorajou o exercício desassombrado da cidadania, como atestam milhares de demandas propostas mais recentemente junto à Justiça Federal Comum e Especializada. Pesquisa de opinião pública, divulgada recentemente demonstra que a Justiça é a instituição de maior credibilidade junto ao povo brasileiro.

São estes, portanto, os fatos e argumentos que propiciam as evidências necessárias, para que os Senhores Parlamentares possam realizar a apreciação do veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1992.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1992. — Senador **Meira Filho**, Presidente — Deputado **Nilson Gibson**, Relator — Senador **Maurício Corrêa** — Senador **Nabor Júnior** — Deputado **Germano Rigotto**.

RELATÓRIO Nº 4, DE 1992-CN

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1992, que “Dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos. Projeto de Lei nº 2.613-A, de 1992, que dispõe sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos”.

Relator: Deputado **Adylson Motta**

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.613-A, de 1992, dispondo sobre os vencimentos dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dos Juízes dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e dos Juízes Federais Substitutos.

O projeto de lei em referência, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, fixa os vencimentos dos magistrados acima elencados e, a exemplo de idêntico projeto enviado pelo Supremo Tribunal Federal, teve como suporte básico o art. 37, XI, da Constituição Federal, que determina à lei a observância dos limites máximos de remuneração, no âmbito de cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), dos valores percebidos em espécie, a qualquer título, pelos Membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Dito projeto recebeu pareceres favoráveis dos Relatores designados pela Mesa, concluindo pela sua adequação financeira, juridicidade, constitucionalidade, e, no mérito, pela sua aprovação.

O veto presidencial ao projeto de lei buscou amparo na contrariedade ao interesse público, visto que, em matéria de constitucionalidade, nada havia a alegar (§ 1º do art. 66 da Constituição Federal). A alegação de tal fundamento comporta diversidade de entendimento, uma vez que o projeto foi idealizado visando justamente corroborar com o interesse público. Se não vejamos:

1) A Constituição Federal preconiza a isonomia entre os Poderes. Não faz diferença entre eles. Não os valora diferentemente.

2) Os Membros do Poder Legislativo tiveram seus vencimentos majorados em novembro de 1991, acentuando a diferença entre estes vencimentos e os vencimentos dos Ministros de Estado e dos Ministros do Poder Judiciário.

3) O Superior Tribunal de Justiça busca, com o presente projeto, fixar os vencimentos de seus Membros e demais Magistrados Federais com base no projeto encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, o qual parte de um vencimento básico que, acrescido da respectiva representação mensal, atinge a remuneração dos Membros do Congresso Nacional, com vistas à isonomia proclamada pela Constituição — posição, sem sombra de dúvida, condizente com o interesse público. Ressalte-se que, em relação aos Ministros, foi guardada a diferença para menos na remuneração proposta pelo Supremo Tribunal Federal, na conformidade de entendimento já consolidado, e, no tocante à remuneração dos demais Magistrados Federais, observou-se o princípio inscrito no art. 93, V, da Constituição Federal. Destarte, o indigitado percentual de 87% aventado nas razões do veto presidencial não foi eleito *priori*, antes decorrendo dos valores aos quais foi alçada, desde novembro de 1991, a remuneração dos Membros do Poder Legislativo.

4) O veto presidencial ao presente projeto não evita distorção já evidenciada entre os vencimentos dos Membros do Poder Legislativo e o dos demais Poderes desde novembro de 1991. Pelo contrário, exacerba-a, dando aval à valorização do Poder Legislativo.

5) A sanção presidencial ao projeto, ao invés do veto, aquela sim, aproximaria os Poderes da União do mandamento constitucional da isonomia, uma vez que iguala a cúpula dos

dois Poderes, o Legislativo e o Judiciário, restando ao Executivo caminhar na mesma direção.

6) O veto derruba o projeto na suposição de reivindicação de reajuste para todo o funcionalismo do Poder Judiciário, com o comprometimento do Orçamento da União, o que, **data venia**, não ocorre no presente pleito, haja vista tratar-se exclusivamente de fixação de vencimentos de Magistrados, a exemplo do que se faz quando se reestrutura carreiras, não configurando reajuste geral de remuneração.

7) A negação do projeto não elide a reivindicação de isonomia porque, a permitir a prevalência do veto, continuam por ela clamando dois poderes, o Executivo e também o Judiciário.

8) O Poder Executivo tem sido sensível à busca da isonomia, tanto que já foi constituída Comissão com este intuito.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1992. — Senador **Valmir Campelo**, Presidente — Deputado **Adylson Motta**, Relator — Deputado **José Thomaz Nonô** — Deputado **Germano Rigotto**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 22ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE JUNHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES — Edição da revista **Rio Ecológico** pelo jornalista Ibrahim Sued.

DEPUTADO MESSIAS GÓIS — Prorrogação do prazo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para apreciação e votação dos relatórios referentes à atualização do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Messias Góis.

DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA — Coincidência de datas das Convenções Municipais e do esforço concen-

trado do Congresso Nacional para votar a LDO e o Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. José Luiz Maia. Nova cédula para votação de 14 vetos do Sr. Presidente da República.

OS SRS. JONAS PINHEIRO, EDUARDO JORGE, GERMANO RIGOTTO, ALOISIO VASCONCELOS, PAULO RAMOS, VALTER PEREIRA, LUIS EDUARDO MAGALHÃES, HÉLIO ROSAS, JOSÉ THOMAZ NONÔ, PRISCO VIANA, CLÓVIS ASSIS, GILVAM BORGES e JOÃO DE DEUS ANTUNES — Nova cédula para votação de 14 vetos presidenciais.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Adiamento da pauta atendendo às ponderações das Lideranças.

1.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 22ª Sessão Conjunta, em 10 de junho de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Áureo Mello — Beni Veras — Carlos De' Carli — Carlos Patrocinio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo de Carvalho — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Eneás Faria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Julio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Javolsier Maia — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Márcio Iacorda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Ono-

fre Quinan — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
FRANCISCO RODRIGUES
JOAO FAGUNDES
JULIO CABRAL
RUBEN BENTO

PTB
PDC
PTB
PMDB
PTB
BLOCO

AMAPA

AROLD GOES
ERALDO TRINDADE
GILVAM BORGES

PDT
BLOCO
PMDB

LOURIVAL FREITAS
SÉRGIO BARCELLOS
VALDENOR GUEDES

PT
BLOCO
PTR

MELQUIADES NETO
OSVALDO REIS
PAULO MOURAO

PDC
PTR
PDS

PARA'

MARANHÃO

CARLOS KAYATH
DOMINGOS JUVENIL
ELIEL RODRIGUES
GERSON PERES
GIOVANNI QUEIROZ
HERMINIO CALVINHO
HILARIO COIMBRA
JOSE DIOGO
MARIO CHERMONT
MARIO MARTINS
NICIAS RIBEIRO
OSVALDO MELO
PAULO ROCHA
PAULO TITAN
VALDIR GANZER

PTB
PMDB
PMDB
PDS
PDT
PMDB
PTR
PDS
PTR
PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PT

CESAR BANDEIRA
CID CARVALHO
COSTA FERREIRA
DANIEL SILVA
EDUARDO MATIAS
FRANCISCO COELHO
JAYME SANTANA
JOAO RODOLFO
JOSE BURNETT
JOSE CARLOS SABOIA
JOSE REINALDO
PAULO MARINHO
PEDRO NOVAIS
RICARDO MURAD

BLOCO
PMDB
PTR
PDS
PDC
PDC
PSDB
PDS
BLOCO
PSB
BLOCO
BLOCO
PDC
BLOCO

AMAZONAS

BETH AZIZE
EDUARDO BRAGA
EULER RIBEIRO
EZIO FERREIRA
RICARDO MORAES

PDT
PDC
PMDB
BLOCO
PT

AECIO DE BORBA
ANTONIO DOS SANTOS
ARIOSTO HOLANDA
CARLOS BENEVIDES
CARLOS VIRGILIO
EDSON SILVA
ERNANI VIANA
ETEVALDO NOGUEIRA
GONZAGA MOTA
JACKSON PEREIRA
JOSE LINHARES
LUIZ GIRAO
MARIA LUIZA FONTENELE
MAURO SAMPAIO
MORONI TORGAN
ORLANDO BEZERRA
PINHEIRO LANDIM
SÉRGIO MACHADO
UBIRATAN AGUIAR
VICENTE FIALHO

PDS
BLOCO
PSB
PMDB
PDS
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB
PSDB
PDT
PSB
PSDB
PSDB
BLOCO
PMDB
PSDB
PMDB
BLOCO

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO
EDISON FIDELIS
MAURICIO CALIXTO
PASCOAL NOVAES
RAQUEL CANDIDO
REDITARIO CASSOL

PTB
PTB
BLOCO
BLOCO
PTB
PTR

ACRE

ADELAIDE NERI
CELIA MENDES
FRANCISCO DIÓGENES
JOAO TOTA
RONIVON SANTIAGO

PMDB
PDS
PDS
PDS
BLOCO

PIAUI

B. SA
CIRO NOGUEIRA
JESUS TAJRA
JOAO HENRIQUE
JOSE LUIZ MAIA
MURILO RESENDE
MUSSA DEMES

PTR
BLOCO
BLOCO
PMDB
PDS
PMDB
BLOCO

TOCANTINS

EDMUNDO GALDINO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
FREIRE JUNIOR
HAGAHUS ARAUJO

PSDB
PDC
BLOCO
PMDB

PAES LANDIM
PAULO SILVA

BLOCO
PSDB

OLAVO CALHEIROS
ROBERTO TORRES
VITORIO MALTA

PMDB
PTB
PDS

RIO GRANDE DO NORTE

FLAVIO ROCHA
HENRIQUE EDUARDO ALVES
JOAO FAUSTINO
LAIRE ROSADO
NEY LOPES

PL
PMDB
PSDB
PMDB
BLOCO

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO
CLEONANCIO FONSECA
DJENAL GONCALVES
JOSE TELES
MESSIAS GOIS
PEDRO VALADARES

BLOCO
BLOCO
PDS
PDS
BLOCO
PST

PARAIBA

EDIVALDO MOTTA
EVALDO GONCALVES
IVANDRO CUNHA LIMA
JOSE LUIZ CLEROT
JOSE MARANHÃO
RIVALDO MEDEIROS

PMDB
BLOCO
PMDB
PMDB
PMDB
BLOCO

BAHIA

ALCIDES MODESTO
ANGELO MAGALHAES
AROLD CEDRAZ
BENITO GAMA
BERALDO BOAVENTURA
CARLOS ALBUQUERQUE
CLOVIS ASSIS
ERALDO TINOCO
FELIX MENDONCA
GEDDEL VIEIRA LIMA
GENEBALDO CORREIA
HAROLDO LIMA
JABES RIBEIRO
JAIR AZI
JAIR CARNEIRO
JAQUES WAGNER
JOAO ALMEIDA
JOAO ALVES
JOAO CARLOS BACELAR
JONIVAL LUCAS
JORGE KHOURY
JOSE CARLOS ALELUIA
JOSE FALCAO
JOSE LOURENCO
JUTAHY JUNIOR
LEUR LOMANTO
LUIZ EDUARDO
LUIZ MOREIRA
LUIZ VIANA NETO
MANOEL CASTRO
NESTOR DUARTE
PEDRO IRUJO
PRISCO VIANA
SERGIO BRITO
SERGIO GAUDENZI
TOURINHO DANTAS
WALDIR PIRES

PT
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDT
BLOCO
PDT
BLOCO
PTB
PMDB
PMDB
PCdoB
PSDB
PDC
BLOCO
PT
PMDB
PDS
PMDB
PDC
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDS
PSDB
BLOCO
BLOCO
PTB
S/P
BLOCO
PMDB
BLOCO
PDS
PDC
PDT
BLOCO
PDT

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
GILSON MACHADO
INOCENCIO OLIVEIRA
JOAO COLACO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS
JOSE MENDONCA BEZERRA
JOSE MOURA
JOSE MUCIO MONTEIRO
LUIZ PIAUHYLINO
MAURILIO FERREIRA LIMA
MAVIAEL CAVALCANTI
MIGUEL ARRAES
NILSON GIBSON
OSVALDO COELHO
PEDRO CORREA
RENILDO CALHEIROS
RICARDO HERACLIO
ROBERTO FRANCA
ROBERTO MAGALHAES
SALATIEL CARVALHO
TONY GEL
WILSON CAMPOS

PSB
PMDB
BLOCO
BLOCO
PTR
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PSB
PMDB
BLOCO
PSB
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PCdoB
BLOCO
PSB
BLOCO
PTR
BLOCO
PMDB

ALAGOAS

AUGUSTO FARIAS
CLETO FALCAO
JOSE THOMAZ NONO
LUIZ DANTAS
MENDONCA NETO

BLOCO
BLOCO
PMDB
BLOCO
PDT

MINAS GERAIS

AECIO NEVES	PSDB
AGOSTINHO VALENTE	PT
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
ANNIBAL TEIXEIRA	PTB
ARACELY DE PAULA	BLOCO
ARMANDO COSTA	PMDB
CAMILO MACHADO	BLOCO
EDMAR MOREIRA	BLOCO
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB
GETULIO NEIVA	PL
HUMBERTO SOUTO	BLOCO
IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS
ISRAEL PINHEIRO	PRS
JOAO PAULO	PT
JOAO ROSA	BLOCO
JOSE ALDO	PRS
JOSE BELATO	PMDB
JOSE GERALDO	PMDB
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS	BLOCO
LAEL VARELLA	BLOCO
LUIZ TADEU LEITE	PMDB
MARCOS LIMA	PMDB
MARIO DE OLIVEIRA	PTR
NEIF JABUR	PMDB
NILMARIO MIRANDA	PT
ODELMO LEAO	BLOCO
OSMANIO PEREIRA	PSDB
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB
PAULO ROMANO	PFL
PEDRO TASSIS	PMDB
ROMEL ANISIO	BLOCO
SAMIR TANNUS	PDC
SANDRA STARLING	PT
SAULO COELHO	PSDB
SERGIO NAYA	PMDB
VITTORIO MEDIOLI	PSDB
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO
WILSON CUNHA	PTB
ZAIRE REZENDE	PMDB

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS	PDT
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB
JONES SANTOS NEVES	PL
JÓRIO DE BARROS	PMDB
NILTON BAIANO	PMDB
PAULO HARTUNG	PSDB
ROBERTO VALADAO	PMDB

RIO DE JANEIRO

AMARAL NETTO	PDS
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
CARLOS SANTANA	PT
EDUARDO MASCARENHAS	PDT
FABIO RAUNHEITTI	PTB
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
FRANCISCO DORNELLES	BLOCO
JAIR BOLSONARO	PDC
JAMIL HADDAD	PSB
JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JOSE EGYDIO	BLOCO
JUNOT ABI-RAMIA	PDT
LYSANEAS MACIEL	PDT
MIRO TEIXEIRA	PDT
NELSON BORNIER	PL
PAULO RAMOS	PDT
ROBERTO JEFFERSON	PTB
SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
SERGIO AROUCA	PCB

SAO PAULO

ALBERTO GOLDMAN	PMDB
ALBERTO HADDAD	PTR
ALDO REBELO	PCdoB
ALOIZIO MERCADANTE	PT
ANDRE BENASSI	PSDB
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO
BETO MANSUR	PDT
CARDOSO ALVES	PTB
CUNHA BUENO	PDS
DIOGO NOMURA	PL
EDUARDO JORGE	PT
ERNESTO GRADELLA	PT
EUCLYDES MELLO	BLOCO
FABIO MEIRELLES	PDS
FAUSTO ROCHA	BLOCO
FLORESTAN FERNANDES	PT
GASTONE RIGHI	PTB
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HEITOR FRANCO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT
HELIO ROSAS	PMDB
IRMA PASSONI	PT
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
JOSE DIRCEU	PT
JOSE GENOINO	PT
JOSE MARIA EYMAEL	PDC
JOSE SERRA	PSDB
KOYU IHA	PSDB
LIBERATO CABOCLO	PDT

LUIZ CARLOS SANTOS	PMDB	RONALDO CAIADO	BLOCO
LUIZ GUSHIKEN	PT	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
MAGALHAES TEIXEIRA	PSDB		
MALULY NETTO	BLOCO	MATO GROSSO DO SUL	
MANOEL MOREIRA	PMDB		
MARCELO BARBIERI	PMDB	ELISIO CURVO	BLOCO
MAURICI MARIANO	PMDB	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
MENDES BOTELHO	PTB	JOSE ELIAS	PTB
NELSON MARQUEZELLI	PTB	NELSON TRAD	PTB
OSWALDO STECCA	PSDB	VALTER PEREIRA	PMDB
PEDRO PAVAO	PDS	WALDIR GUERRA	BLOCO
RICARDO IZAR	PL		
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	PARANA	
ROBSON TUMA	PL		
SOLON BORGES DOS REIS	PTB	ABELARDO LUPION	BLOCO
TIDEI DE LIMA	PMDB	ANTONIO BARBARA	BLOCO
ULYSSES GUIMARAES	PMDB	ANTONIO UENO	BLOCO
VADAO GOMES	BLOCO	BASILIO VILLANI	PDS
VALDEMAR COSTA	PL	CARLOS ROBERTO MASSA	BLOCO
WALTER NORY	PMDB	CARLOS SCARPELINI	PST
		EDESIO PASSOS	PT
MATO GROSSO		EDI SILIPRANDI	PDT
		ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
AUGUSTINHO FREITAS	PTB	FLAVIO ARNS	PSDB
JOAQUIM SUCENA	PTB	IVANIO GUERRA	BLOCO
JONAS PINHEIRO	BLOCO	LUIZ CARLOS HAULY	PST
WILMAR PERES	PL	MATHEUS IENSEN	PTB
		MAX ROSENMANN	BLOCO
DISTRITO FEDERAL		MUNHOZ DA ROCHA	PSDB
		ONAIRES MOURA	PTB
AUGUSTO CARVALHO	PCB	PAULO BERNARDO	PT
BENEDITO DOMINGOS	PTR	PEDRO TONELLI	PT
CHICO VIGILANTE	PT	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	BLOCO
EURIDES BRITO	PTR	RENATO JOHNSON	BLOCO
MARIA LAURA	PT	ROMERO FILHO	PST
OSORIO ADRIANO	BLOCO	RUBENS BUENO	PSDB
PAULO OCTAVIO	BLOCO	SAID FERREIRA	PMDB
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB	WERNER WANDERER	BLOCO
		WILSON MOREIRA	PSDB
GOIAS		SANTA CATARINA	
ALANO DE FREITAS	PMDB	ANGELA AMIN	PDS
ANTONIO FALEIROS	PSDB	CESAR SOUZA	BLOCO
JOAO NATAL	PMDB	DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
LAZARO BARBOSA	PMDB	DERCIO KNOP	PDT
LUCIA VANIA	PDS	EDUARDO MOREIRA	PMDB
MARIA VALADAO	PDC	JARVIS GAIDZINSKI	PL
MAURO BORGES	PMDB	LUCI CHOINACKI	PT
MAURO MIRANDA	PDC	LUIZ HENRIQUE	PMDB
OSORIO SANTA CRUZ	PDC	NELSON MORRO	BLOCO
PAULO MANDARINO	S/P	NEUTO DE CONTO	PMDB
PEDRO ABRAO	PDC	ORLANDO PACHECO	BLOCO
ROBERTO BALESTRA			

PAULO DUARTE
RENATO VIANNA
RUBERVAL PILOTTO
VASCO FURLAN

BLOCO
PMDB
PDS
PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO
ADROALDO STRECK
ADYLSO MOTA
ALDO PINO
AMAURY MULLER
ARNO MACARINOS
CARLOS AZAMBUJA
CARRION JUNIOR
CELSO BERNARDI
EDEN PEDROSO
FERNANDO CARRION
FETTER JUNIOR
GERMÃO RIGOTTO
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
LUIS ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
NELSON PROENÇA
ODACIR KLEIN
OSVALDO BENDER
PAULO PAIM
RAUL PONT
TELMO KIRST
WILSON MULLER

PT
PSDB
PDS
PDT
PDT
BLOCO
PDS
PDT
PDS
PDT
PDS
PDS
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PT
PDS
PDT

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 70 Srs. Senadores e 395 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há orador inscrito para o período de Breves Comunicações. Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo prestar ao ilustre jornalista Ibrahim Sued as minhas homenagens pela edição da Revista *Rio Ecológico* por ocasião da ECO-92.

As belezas naturais da cidade do Rio de Janeiro foram por ele belissimamente retratadas. Tanto a flora quanto a fauna, exuberantes, revelam verdadeiros paraísos em meio às grandes estruturas urbanas. É indispensável que isso tudo seja preservado.

De fato, para a formulação de um novo modelo de desenvolvimento, “é preciso”, como diz o Presidente Collor, “iden-

tificar as causas e ir aos erros cometidos”. E esse processo também deve passar pelo respeito ao meio ambiente.

Estou certo de que os participantes da ECO-92 irão apreciar a revista *Rio Ecológico* de Ibrahim Sued e espero que possam mesmo conhecer pessoalmente os encantos que Ibrahim identificou.

Parabéns ao jornalista Sued pelo grande serviço que uma vez mais presta ao Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Messias Góis, Presidente da Comissão Mista de Planos Públicos e Fiscalização...

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje recebi os relatórios referentes à atualização do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Fui informado pela Secretaria da Mesa do Congresso Nacional de que o prazo fatal para a apreciação desses relatórios e, evidentemente, a respectiva votação ocorrerá no dia 16 do mês em curso; como estamos no dia 10 teríamos apenas seis dias para a apreciação e votação desses pareceres.

Pela Resolução nº 1, Sr. Presidente, temos a obrigação de distribuir aos Srs. Parlamentares integrantes daquela comissão os relatórios, com três dias de antecedência, para iniciarmos, então, a discussão.

Queria também informar a V. Exª e aos Srs. Parlamentares que só o volume do Plurianual importaria em um trabalho da Gráfica do Senado de mais de 15 dias, o que seria impossível. Portanto, pedi a distribuição de apenas 100 exemplares para toda a comissão, distribuindo pelas Lideranças.

E, a partir de hoje, está correndo já o tríduo legal para a apreciação pelos Srs. Parlamentares, de modo que convocarei reunião da comissão a partir da próxima segunda-feira para tentar votar.

Como houve um fato que não decorreu da vontade de V. Exª nem da minha vontade — houve uma prorrogação indevida de prazos nesse meio termo —, quero requerer a V. Exª que conceda à Comissão Mista o prazo pelo menos até o dia 19, sexta-feira, para que tenhamos condições de votar. De minha parte, se até o dia 19, à meia-noite, a Comissão Mista de Orçamento não votar o PPA e a LDO, comprometo-me perante V. Exª, o Congresso Nacional e a Nação brasileira a encaminhar a V. Exª os projetos como vieram do Executivo. Porque, infelizmente, pelo que tenho observado — e é ruim lamentar aqui —, Sr. Presidente, tive apenas uma reunião *com quorum* em dois meses de funcionamento.

Em quatro convocações não tivemos sequer *quorum* para abrir as reuniões.

Como não tenho funcionários para levar os avisos aos escaninhos dos Srs. Senadores e Deputados, quero pedir a V. Exª que determine, por todos os meios de comunicação que esta Casa possui, que se faça chegar aos ouvidos dos Srs. Parlamentares membros da Comissão Mista de Orçamento — os 120 titulares e os 120 suplentes — que não farei, em hipótese alguma, reuniões espíritas. Só colocarei matéria em discussão e em votação se, efetivamente, estiverem presentes, fisicamente, pelo menos 46 Deputados e 16 Senadores. Caso contrário, Sr. Presidente, a Comissão não irá votar, porque depois não quero ser acusado de ter fraudado o Regimento e votado aquilo que não poderia votar.

Portanto, são os apelos que faço a V. Ex^a, que prorogue o prazo até o dia 19 e que faça chegar ao conhecimento dos senhores integrantes da Comissão Mista de Orçamento que sexta-feira estejam presentes à reunião, porque colocarei os projetos em discussão e votação até aquela data.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Messias Góis, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Presidência havia assumido um compromisso de não conceder nenhuma dilação de prazo em relação a essas matérias, ao orçamento plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, exatamente para que não nos defrontássemos com episódios que já se registraram em sessões legislativas passadas, com a ressalva de que, na do ano anterior, o prazo foi exemplarmente cumprido. E, no dia 27 de junho, os Srs. Deputados e Senadores davam uma demonstração inequívoca de espírito público, garantindo o **quorum** para apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As razões que V. Ex^a invocou em seu prol sensibilizam a Presidência, ainda mais porque há um compromisso de V. Ex^a, ao mesmo tempo em que me faz o apelo, de que o termo dessa apreciação seria o dia 19.

Então, quero neste momento dizer a V. Ex^a e aos Srs. Congressistas que no dia 23, essa matéria estará incluída na Ordem do Dia.

O Sr. Clovis Assis — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Na terça-feira, dia 23, essa matéria estará incluída na Ordem do Dia. E a Presidência fará divulgar, pelos meios ao seu alcance, pela comunicação interna da Casa, por telefones, enfim, por todos os meios, visando alertar Senadores e Deputados em relação a esses prazos. Mas, desde já, quero comunicar aos Srs. Congressistas que serei inflexível diante de qualquer outra solicitação de prazo. Peço, portanto, a compreensão antecipada dos Srs. Deputados e Senadores. Se já, agora, defiro o pleito da Comissão de Orçamentos, nenhuma outra solução subsequente admitirei e, no dia 23, iniciaremos a discussão dessa proposição no plenário do Congresso Nacional.

O Sr. José Luiz Maia — Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra pela ordem ao nobre Congressista José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS — PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, reconheço o esforço e a dedicação de V. Ex^a em fazer com que todas essas matérias sejam votadas, e é interesse do meu partido contribuir para que tenhamos **quorum** e façamos com que estas votações aconteçam. Ressalto que esta é uma Casa política e de políticos que têm como base fundamental os seus municípios. E o prazo de convenções municipais se encerra no dia 24. Duvido muito que, por maior boa vontade que queiramos ter, possamos conseguir fazer com que os Parlamentares compareçam aqui para apreciar essa matéria, porque é superveniente para todos nós. Reconhecemos, sim, que é obrigação nossa votar as matérias todas e até louvamos o empenho que V. Ex^a e o Presidente Ibsen Pinheiro vêm desenvolvendo. Mas, Sr. Presidente, as convenções municipais vão exigir isso de cada um de nós.

Portanto, apelo para uma racionalidade. É obrigação nossa estarmos aqui para votar sim, mas essas convenções nos

impedem de comparecer a Brasília nesse período. Farei um esforço para vir, mas outros não poderão estar presentes. Apelo para que se marque esse esforço concentrado a partir do dia 25, quando todos estariam livres, desobrigados com suas bases municipais.

Alerto para o fato de que é realmente lamentável que prevaleça o calendário eleitoral contra o qual votei, pois dele decorre esse conflito. Infelizmente, dependemos muito das nossas bases, e tenho dúvida que possamos ter **quorum** aqui neste período.

Enfatizo que vou me empenhar junto à minha bancada, mas alerto para esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência responde ao nobre Líder José Luiz Maia, do PDS, que no dia 23, como agora se aprazou, apenas iniciaremos a discussão dos projetos. Evidentemente que os encargos político-eleitorais não impedirão que no dia seguinte ou no dia 25, como se sugeriu, iniciássemos a votação dessa proposição. A discussão, essa sim, far-se-á a partir do dia 23 sem que se envolva qualquer tipo de solicitação que se revista de caráter procrastinatório. Portanto, é a decisão da Mesa, e esperamos contar com a compreensão dos Srs. Deputados e Senadores que, a exemplo do ano passado, ofereceram à Nação uma demonstração de espírito público, quando, com 3 dias de antecipação, votaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias no dia 27 de junho.

Esperamos que se reedite este ano aquela mesma façanha regimentalmente heróica que garantiu, antes do prazo, a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e este ano também do Orçamento Plurianual.

Srs. Congressistas, no mês passado, numa experiência inovadora, o Congresso Nacional apreciou 52 vetos do Senhor Presidente da República, representados pelos destaques compulsórios feitos pela Mesa em cerca de 160 votações. Foi naturalmente uma demonstração de eficiência dos 397 Deputados e 62 Senadores que aderiram àquela nova sistemática e garantiram o exame dos 52 vetos presidenciais.

Vários Parlamentares, quer com a responsabilidade de Liderança ou simplesmente — e isso é muito significativo — de representantes do povo brasileiro, apelaram à Mesa no sentido de que passássemos a utilizar, quando se acumulassem os vetos, essa mesma processualística de votação.

A Mesa elaborou uma nova cédula, incluindo 14 itens para que, na sessão de hoje, tentássemos — e espero com o êxito anterior — a votação dos vetos do Senhor Presidente da República.

Acredito tratar-se de uma forma de se acelerar o processo de votação, a fim de que, quando tivermos de votar o Orçamento Plurianual, não se argua a precedência constitucional que tem os vetos sobre o Orçamento Plurianual. Em relação à LDO, não. Acredito que não se poderia invocar esse precedente, já que a LDO tem prazo constitucional para a sua apreciação. Mas em relação ao Orçamento Plurianual, que é também uma matéria de inquestionável relevância, nós nos defrontaríamos com esse embargo, que seriam exatamente os vetos presidenciais, inadmitindo que fosse ele ultrapassado com a aprovação do Orçamento Plurianual.

Portanto, essa é a nova sistemática. Faço um apelo reiterado aos Srs. Parlamentares no sentido de que assegurem a votação, na sessão de hoje, também pela cédula, desses vetos que aí estão.

A Presidência esclarece que o item 17, por solicitação de vários Srs. Parlamentares, nos termos do art. 175, alínea

e, exclui-se da cédula de votação. Se, inadvertidamente, os Srs. Senadores e Deputados votarem o item 17, fica registrado antecipadamente que essa votação seria nulificada, em razão de apelos que chegaram à Mesa por vários Parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Sr. Jonas Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JONAS PINHEIRO (Bloco — MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a cédula anterior foi excluído o item que hoje é o item 4, que voltou a figurar nessa cédula.

Há um requerimento dos Líderes do Bloco, do PDS e do PMDB, em poder da Mesa para que se volte a excluir não só o item 17 como também os itens 4 e 12.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece aos Srs. Congressistas que há sobre a mesa 31 requerimentos, firmados pelo Líder do PT, nobre Congressista Eduardo Jorge, referente a cada um dos itens constantes da cédula de hoje. Há também requerimentos dos Líderes do PFL, do PDS e do PMDB, destacando apenas alguns itens: 4, 12 e 17.

O item 17, por decisão da Presidência, já tinha sido excluído quando chegou à Secretaria-Geral da Mesa. Ao se processar a matéria, houve essa falha, incluindo-se o item 17.

Em relação aos itens 4 e 12, realmente, houve uma solicitação das três Bancadas agora referenciadas.

O Sr. Eduardo Jorge — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª, nobre Líder Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação ao conjunto de vetos que estavam acumulados em nossa pauta, concordamos em votar quase 70% deles, através desse processo de cédula, numa sessão anterior.

Porém, um grupo de partidos havia apresentado a V. Exª, Sr. Presidente, alguns itens que, por serem muito polêmicos entendemos devam ser votados separadamente ante a necessidade de encaminhamento a favor ou contra, mobilização a favor ou contra. Não concordávamos em votar essa matéria num processo desse tipo. Concordamos — repito — e concordaremos outras vezes com esse tipo de votação, desde que haja um mínimo de consenso sobre alguns vetos.

Quanto aos vetos listados nessa nova cédula, não concordamos. Para esses, polêmicos, pedimos o destaque, a fim de que possam ser votados um a um, encaminhados um a um, com acompanhamento da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, nós, do PT — e estou sabendo que outros partidos também o fizeram —, apresentamos esse requerimento de destaque. Mas o que queremos mesmo é que não sejam votados esses itens dessa maneira.

O nosso apelo a V. Exª, Sr. Presidente, é para que não se proceda à votação desses itens; caso contrário, seremos obrigados a obstruir.

O que podemos fazer é discutir outra vez com as várias Lideranças e tentar uma nova triagem, para ver se é possível alguns desses itens serem votados na cédula e outros em separado.

Essa a nossa sugestão, no espírito de colaboração. V. Exª se lembra de que a nossa Liderança foi uma das que primeiro apresentou o trabalho de seleção dos itens que podiam ser votados. Portanto, sugiro sejam novamente analisados todos esses itens para selecionarmos os que podem ser votados na cédula, pois, se o nosso requerimento de votação em separado de itens polêmicos não for atendido, seremos obrigados a obstruir e pedir aos nossos companheiros que não votem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recolhe, neste instante, a manifestação contrária do nobre Líder do PT, Eduardo Jorge, que se contrapôs à adoção, também agora, dessas matérias na cédula única. A manifestação da sua Bancada é no sentido de que se processe a votação pelo painel eletrônico, dentro da sistemática tradicional.

O Sr. Germano Rigotto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a colocação que faz o nobre Eduardo Jorge é procedente, no momento em que esses itens foram retirados de um conjunto de vetos teríamos que apreciar quando foram votados em cédula única, naquela sessão do Congresso Nacional, pois eram polêmicos.

Concordo, portanto, Sr. Presidente, com a colocação do Deputado Eduardo Jorge de que deveríamos analisar um a um esses itens e obter uma posição; a Bancada do PMDB não tem ainda posição firmada com relação a todos esses itens, Sr. Presidente. Eu diria a V. Exª que seria importante termos uma reunião para analisarmos esses vetos que as Bancadas, no meu modo de ver, não estão ainda preparadas para apreciar.

Pela posição do Congressista Eduardo Jorge de obstrução e até pelo **quorum** baixo que estamos tendo hoje, não vamos alcançar número para votação. Não temos, inclusive, como fazer uma apreciação, neste momento, para instruir a Bancada do PMDB ou dar a sua posição com relação aos vetos.

De forma que levo à consideração de V. Exª tais fatos, concordando com a posição do Congressista Eduardo Jorge.

O Sr. Aloísio Vasconcelos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, evidentemente, dentro do meu Partido, o PMDB, existe a democracia. Respeito, admiro e aprendi a nutrir pelo Parlamentar Germano Rigotto uma grande simpatia pessoal e respeito político. Entretanto, permito-me discordar da posição de S. Exª hoje, uma vez que estamos discutindo há mais de sete meses, e não temos encontrado número para votar. Fazer-se mais uma reunião, quando? Amanhã, quando não haverá **quorum** novamente? Semana que vem? Enquanto isso, a imprensa vai desmoralizando o Congresso Nacional a cada dia porque aqui não se vota.

A idéia da cédula única é muito boa. As posições estão claras. Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar sim e decidir essa questão. Chega de enrolação. O voto é agora!

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é preciso que haja o entendimento de que o Poder Legislativo não é uma máquina que deva votar compulsivamente, sem que cada partido e cada parlamentar assumam a verdadeira responsabilidade da representação.

Acredito que V. Exª tenha sido induzido por um equívoco à elaboração dessa nova cédula, porque, pela tradição e pelo renome que tem nesta Casa, está habituado a cumprir os acordos que são feitos.

Por ocasião da primeira apreciação de vetos pelo padrão de cédula, V. Exª assumiu um compromisso de que os vetos constantes da cédula de hoje seriam apreciados de acordo com o processo anterior. Portanto, no momento em que V. Exª traz essa cédula à nossa apreciação, fica a impressão de que a votação anterior representou uma espécie de armadilha, que, sei, não corresponde à verdade.

De qualquer maneira, o compromisso assumido por V. Exª, naquela ocasião, não está correspondendo à iniciativa de hoje. Portanto, em nome do PDT, que estará lamentavelmente em obstrução, peço a V. Exª que reconsidere, em homenagem à tradição de que os compromissos e acordos são cumpridos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Paulo Ramos, quando V. Exª alude ao fato de que na sessão passada, quando foram apreciados 52 vetos, representando 160 votações, a Presidência deixou claro que a utilização daquela cédula tinha uma conotação conjuntural. Haviam-se acumulado matérias em número significativo, e isso gerava intranquilidade para a própria Mesa, que não sabia como poderia disciplinar a inclusão de outras matérias, como é o caso do orçamento plurianual, quando na pauta dos nossos trabalhos se encontram vetos presidenciais.

V. Exª sabe, como grande regimentalista desta Casa com atuação marcante, que, se perdurar o quadro de vetos, não teremos orçamento plurianual. Teremos LDO, mas orçamento plurianual não, porque o veto tem precedência constitucional e regimental sobre o orçamento plurianual, mas não em relação à LDO, que poderá ser votada.

O Sr. Walter Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. WALTER PEREIRA (PMDB — MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, é preciso ficar muito clara uma situação. Os vetos são votados no Congresso Nacional pela votação secreta; portanto, não há partido que tenha controle desses votos. Ora, Sr. Presidente, se o partido não tem controle dos votos, não há que se criar dificuldade, obstáculo para adotar esse procedimento, que é mais transparente e mais democrático.

Veja, Sr. Presidente, quantos são os parlamentares que, neste plenário, acabam dando o seu voto sem saber o que estão fazendo, simplesmente porque ouviram a orientação do seu líder. Com esse sistema, cada parlamentar, recebendo a relação da matéria que está sendo votada, terá oportunidade

de estudar cada uma delas e vir para cá com o voto definido, claro, cristalino e de acordo com a sua consciência. Temos que dar a resposta que a sociedade está exigindo. A sociedade quer produção do Congresso. O Congresso tem que produzir, e essa sistemática merece todos os louvores, porque ela realmente tem condições de dar a resposta que a Nação reclama.

Sr. Presidente, faço um apelo veemente a todas as Lideranças para que retirem qualquer questão de ordem, para que possamos votar. Estamos aqui para votar e queremos votar. A maioria aqui quer votar. Não vamos criar dificuldades, até porque, Sr. Presidente, a matéria polêmica que tinha sido elencada foi retirada. E se foi retirada, vamos votar o resto. Todos aqui têm condição de dar o seu voto consciente.

É o apelo que faço a todos os colegas parlamentares, para que possamos cumprir nosso dever.

O Sr. Luís Eduardo Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (Bloco — BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior, feita através da cédula, fiz questão de marcar a posição do meu partido, que é contra esse sistema de votação. Eu começaria a argumentação contra esse sistema justamente por onde terminou o colega que me antecedeu na tribuna. Quem decidirá o que é ou não polêmico? Todos somos deputados e senadores e temos o mesmo direito. Na medida em que prevalece que hoje, mais uma vez, se vote através desta cédula, consolidaremos este sistema e jamais, em tempo algum, alguém conseguirá derrubar um veto.

Então, é melhor aprovar logo uma emenda à Constituição dizendo que veto não precisa retornar ao Congresso, porque, com esta sistemática, com menos de 200 Srs. Congressistas, é impossível derrubar-se o mais simples dos vetos.

Sr. Presidente, faria um apelo, pois entendo a necessidade de desobstruir a pauta. Sei do esforço de V. Exª para dar celeridade aos trabalhos do Congresso, mas reconheço que, com esta sistemática, é impossível que os Srs. Parlamentares tomem conhecimento de todas as matérias, das implicações que elas têm com os interesses dos diversos partidos.

Sr. Presidente, se acabarmos de consolidar esse processo votando hoje, entendo que esta sistemática prevalecerá sempre, pois será a lei do menor esforço; portanto, declaro-me favorável à emenda constitucional do Deputado Adylson Motta que, certamente, acabará com este sistema, porque votaremos os vetos na Câmara e depois os remeteremos ao Senado. Com esta sistemática, o que está acontecendo hoje na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional é que nós não temos mais tempo de examinar as matérias, e todos estão votando sem saber o que estão fazendo.

Isso, Sr. Presidente, prejudicará certamente o conteúdo das matérias.

Farei um apelo a V. Exª para que reflita um pouco sobre este processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Luís Carlos Magalhães, a Presidência não perdeu uma palavra ou uma frase sequer da brilhante e oportuna questão de ordem de V. Exª, sobretudo a parte final em que V. Exª informa que se está votando sem saber o que se vota.

No próprio instante em que elaboramos a cédula única, que vai exigir do Parlamentar o confronto entre o anexo e a matéria a ser votada, queremos exatamente o que deseja V. Ex^a; que cada um vote sabendo que, ao colocar a sua cruz no sim, no não ou na abstenção, o faz conscientemente e não seja simplesmente conduzido pelas lideranças, sempre lúcidas. Acredito que todos os Srs. Deputados e Senadores teriam condições, eles próprios, independentemente da orientação de sua liderança, de se posicionar em relação ao interesse público. Quando esta Casa ouve o respectivo Líder dizendo que a sua Bancada vota "sim" — implicitamente ele vota "sim" — há uma transgressão à norma regimental que exige o sigilo do voto. O próprio Líder está declarando o seu voto, é uma transgressão a norma regimental. Mas posso dizer que há reações aqui que reúnem Governo e Oposição, Governo representado pelo Líder do Bloco nesta Casa, Oposição representada pelo Deputado Eduardô Jorge.

A Presidência já constatou e pôde fazer uma aferição de que as resistências de várias lideranças se cristalizaram agora de forma muito clara e muito lúcida. Posso até arriscar a dizer aos Líderes que não sei se eles estão de acordo com a recusa a essa sistemática, mas realmente, como é essa a manifestação das Lideranças, a Presidência vai dobrar-se a uma evidência e transferir a responsabilidade por essa proteção indefinida na apreciação de vetos, alguns dos quais com um ano para serem apreciados.

A Mesa não assume essa responsabilidade. A responsabilidade histórica é das Lideranças que assim se posicionaram no dia de hoje.

No entanto, a Presidência não admitirá, no momento próprio, quando se tiver de apreciar o orçamento plurianual, que se queira superpor o orçamento plurianual aos vetos presidenciais. Af, a infringência é clara, é expressa, é explícita. Vou ler, para tornar mais pedagógica a nossa intervenção, § 6º, do art. 66, da Constituição Federal.

"Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 62, parágrafo único."

No caso do art. 62, somente as medidas provisórias antecederão os vetos presidenciais.

A leitura que faço do texto constitucional é para dimensionar as responsabilidades que as Lideranças assumem neste instante, com a ressalva de que a Mesa tentou, de todas as formas, suasória, ou empenhadamente, convencer a Casa, o Congresso Nacional, a adotar essa sistemática, porque muitos outros vetos que ainda não foram incluídos aí serão apreciados. Os vetos da magistratura, por exemplo, não foram ainda incluídos porque não fluíu o prazo de apreciação pela Comissão respectiva.

Era o esclarecimento que, como Presidente da Casa, até para ressalva da responsabilidade da Mesa, entendi de prestar, deixando realmente muito claro, como fiz da outra vez, que, se um único partido se posicionasse contra, e aqui foram vários — ocorreu exatamente o milagre da Oposição se juntar ao Governo contra essa sistemática e saúdo esse novo momento no Congresso Nacional — evidentemente me dobraria a essa nova realidade.

Comunico aos Srs. Congressistas que faremos agora a votação do item I. Peço aos Srs. Líderes que orientem suas bancadas, declinando a posição, para que se processe a votação neste momento.

O Sr. Aloísio Vasconcelos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O Sr. Aloísio Vasconcelos (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Plenário sempre foi soberano. V. Ex^a está norteando a sua decisão única e exclusivamente por influência do ilustríssimo competente e nobre Congressista, Líder do PFL, e do Líder do PT. Por que V. Ex^a não submete à apreciação do Plenário? Vamos votar ou não vamos votar? Quem não quer votar manifesta que não vota. Nós queremos votar e desobstruir a pauta. Vamos submeter a questão ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Líder, respondo a V. Ex^a que não gostaria que as Bancadas se confrontassem com os seus próprios Líderes, porque eles, implicitamente, se destituiriam, por um imperativo ético a que não poderiam fugir. E eu não quero presenciar esse espetáculo na noite de hoje.

O SR. ALOÍSIO VASCONCELOS — A retórica é muito bonita, Sr. Presidente, mas há Líder que falou só por si.

O Sr. Valter Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB — MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, lamentavelmente, e aqui com o devido respeito, com a devida admiração do Líder da minha bancada, Deputado Germano Rigotto, sou obrigado a reconhecer que está, neste instante, impondo-se e cristalizando-se aquilo que se poderia definir claramente como a ditadura das lideranças, porque essa votação, Sr. Presidente, é a única que permite ao Deputado votar de acordo com a sua consciência, depois de estudar cada um desses itens, cada uma dessas propostas.

E, no entanto, o que se impõe hoje, aqui, é exatamente um constrangimento para que todos fiquem julgados à vontade do Líder. É só isso que está acontecendo, Sr. Presidente. E o desgato é do Parlamentar, é do Congresso Nacional.

De sorte que quero ratificar o apelo feito pelo Deputado Aloísio Vasconcelos no sentido de que seja submetido o problema à apreciação do Plenário. Vamos respeitar o Plenário pelo menos uma vez, Sr. Presidente.

O Sr. Hélio Rosas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HÉLIO ROSAS (PMDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também quero juntar o meu protesto. Não aceito a alegação de alguns líderes de que se vota neste Plenário sem conhecimento do que se está fazendo.

É possível que um Deputado não tenha tempo e até mesmo não tenha conhecimento para interpretar uma matéria. Mas, para isso, cada Liderança conta com cerca de 80 assessores da maior competência, que têm a obrigação de assessorar todos os deputados.

O impedimento da votação por esse sistema — aplaudo aqueles que o idealizaram — vai permitir desobstruir a pauta

sem prejuízo nenhum, porque não há possibilidade de rejeitar nenhum veto sem que haja consenso. As Lideranças já estiveram sete meses e, em alguns casos até um ano, debatendo para procurar matérias que têm consenso. As Lideranças são competentes e, se não encontraram esse consenso, foi porque ele é impossível.

Por outro lado, a não desobstrução da pauta é um crime, porque vai nos impedir de votar matérias importantes como o Plano Plurianual de Investimentos e outras matérias que afetam o interesse da Nação, que, elas sim, nos obrigam a atuar, votar e votar já. Não aceito as alegações da minha Liderança e de Liderança nenhuma, são impróprias, são indevidas, são nocivas aos interesses do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, então, já decidiu que fará a votação pelo processo tradicional, pelo painel.

Peço desculpas aos parlamentares que aderiram tão expressivamente, formando filas diante da urna, desejando votar. Frustra-se essa expectativa. Lamento que realmente haja essa frustração, que não é só dos parlamentares que esperavam a oportunidade de votar, é da própria Presidência, que esperava dar um avançamento mais significativo aos trabalhos do Congresso.

Vamos passar a votação pela sistemática tradicional.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou tentando fazer uso da palavra em nome da Liderança do meu Partido, o PDT, e gostaria de contar com a aquiescência de V. Ex^a

Em primeiro lugar, não é a primeira vez que temos, nesta Casa, votações totalmente majoritárias com a participação de Parlamentares e Lideranças do Governo e da Oposição.

Por outro lado, se porventura alguns liderados estão em desacordo com suas respectivas lideranças, tal fato não acontece com o meu Partido, o PDT, na medida em que o Partido se reúne para a discussão das matérias e para que o Líder expresse aqui, quando orienta, a opinião e o posicionamento da Bancada. Se porventura em alguns partidos políticos tal não acontece, não é o caso do PDT. Acredito até que se parlamentares estão insatisfeitos com as respectivas lideranças, eles devem manifestar tais insatisfações nas reuniões de suas Bancadas, porque comparecer ao microfone para dizer que existe uma ditadura de líderes, como se eles fossem parlamentares privilegiados... Quero frisar que tal não acontece no meu Partido, o PDT, onde o Líder procura reunir a Bancada para colher o posicionamento.

Por outro lado, quero dizer a V. Ex^a e a todos os parlamentares presentes nesta sessão do Congresso Nacional que em inúmeros outros casos há inúmeras outras matérias que não estão em apreciação e não o estão há muito tempo. As contas de Presidentes da República, por exemplo, depois do parecer do Tribunal de Contas da União, também não são apreciadas. Votamos um Orçamento, não acompanhamos o seu cumprimento, e depois não julgamos as contas do Presidente da República. Entretanto, não percebo nenhuma indignação em relação a isso.

E ainda mais, imaginar que o Congresso Nacional está caindo ou está no descrédito em função do fato de não se votar não é verdade, porque segundo a pesquisa feita o nosso Congresso talvez seja o que mais vote no mundo inteiro. Não há nenhum Congresso, nenhuma Casa Legislativa no mundo, votando tão compulsivamente e tão irresponsavelmente quanto esta Casa.

Portanto, não venham aqui alguns falsos donos de uma moral discutível, na medida em que, se forem consultados sob um único veto aqui não saberão do que se trata, querendo dizer que votando hoje pela cédula estão votando conscientemente, conhecendo a matéria que está sendo votada.

É preciso, e V. Ex^a já decidiu, que os acordos sejam cumpridos. As matérias que estão inseridas aqui merecem uma discussão mais aprofundada e este foi o acordo feito na ocasião em que o modelo de cédula foi o escolhido para a apreciação dos vetos. Se a prática da cédula imperar, as dificuldades para as sessões no Congresso Nacional serão maiores, porque o Parlamento não se reúne pela irresponsabilidade de uma parcela que aqui não vem para votar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Gostaria apenas que o nobre Líder Paulo Ramos fizesse a ressalva de que o Presidente da Casa tenta, de todas as formas, cumprir o dever. E seria ideal que os demais Partidos, inclusive o do próprio Presidente, tivessem a vida de prática democrática perfeita. Que nenhuma decisão, como é o caso do PDT, fosse adotada sem prévia consulta a todos os seus integrantes. É um Partido que não tem dono. Os seus Deputados, os seus eleitores, os seus militantes são os donos do PDT, e ninguém poderá nunca se arvorar dono desse Partido.

O Sr. Luís Eduardo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. LUÍS EDUARDO (Bloco — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo nobre Colega Aloisio Vasconcelos.

O Sr. Aloisio Vasconcelos — Sr. Presidente, não é verdade. Não citei nome nenhum.

O SR. LUÍS EDUARDO — V. Ex^a referiu-se ao Líder do PFL e do PT. Entretanto, queria dizer a V. Ex^a que, aqueles que estão querendo demonstrar que o Congresso deve trabalhar, estão mostrando justamente o contrário: que, em duas reuniões por semestre, resolveremos todos os problemas de veto do Congresso. Faremos duas grandes cédulas em cada semestre e está tudo resolvido, não precisamos nos reunir mais. Vamos todos cumprir os nossos deveres fora daqui. Não, Sr. Presidente, ao contrário. Se queremos trabalhar, vamos examinar com cautela cada matéria, uma a uma, dando direito aos Srs. Deputados de encaminhar, de defender, de discutir, e aí, sim, Sr. Presidente, vamos votar sistematicamente toda semana e vamos desobstruir a pauta. V. Ex^a tem convocado as reuniões, e eu tenho a autoridade de Deputado que estou em Brasília, de segunda a quinta ou a sexta. Portanto, Sr. Presidente, aqueles que estão usando o argumento de que querem trabalhar, de que querem votar, querem a lei do menor esforço, a lei de votar duas vezes por semestre com um questionário, sobre o qual os Srs. Deputados, muitas vezes, não terão oportunidade de discutir, de ouvir opiniões a favor nem contra.

Portanto, Sr. Presidente, quero isentar V. Ex^a completamente de qualquer atitude que indique que V. Ex^a tenha alguma culpa disso. Ao contrário: V. Ex^a tem sido sempre um estimulador, um incentivador para que o Congresso funcione, mas creio que esta não é a melhor maneira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A manifestação do nobre Líder Luiz Eduardo Magalhães, exortando a Casa a votar, durante toda a semana, é realmente um apelo que sensibiliza, mais do que isso, comove a Presidência. Esperamos que as votações não se processem apenas nas superquartas, e sim em todos os dias da semana. Daí por que me sinto motivado pelos Companheiros, sobretudo pelo Líder do PFL. Pretendo convocar sessões do Congresso Nacional às segundas e sextas-feiras, para que ofereçamos ao País um exemplo inequívoco de espírito público.

O Sr. José Thomaz Nonô — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PMDB — AL. Como Líder pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB, para esclarecer a posição do Partido.

O PMDB não é, nem poderia ser contra o sistema de cédula única, como não pode ser contra nenhum dos outros Parlamentares desta Casa, uma vez que já usamos e, com sucesso, o sistema da cédula única para apreciação de veto. O nosso Partido não só endossa como aplaude a iniciativa da Mesa.

A objeção formulada pelo Líder, na ocasião, o nobre Companheiro Germano Rigotto, é de outra natureza. Embora alguns desses vetos já tramitassem há muito tempo — é bem verdade que há vetos de quase dois anos — as cédulas só chegaram às mãos dos Srs. Congressistas hoje. Pela manhã, tivemos uma sessão da Câmara dos Deputados, à tarde, uma outra, extremamente complexa, o que impediu, na realidade, não às Lideranças, mas a cada Parlamentar de *per si* um exame detalhado da cédula em questão. Portanto, a objeção do PMDB não é de forma alguma contra o critério. Entendemos que a cédula é um avanço que em nada deslustra a atividade parlamentar. Se cada Deputado quiser saber como deverá votar o veto, é só ler a cédula e, depois, de forma clara e secreta poderá expressar o seu entendimento.

Essa é a posição do PMDB.

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra V. Ex^a, nobre Líder.

O SR. PRISCO VIANA (PDS — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Ex^a conhece minha posição a respeito desse sistema que foi adotado por V. Ex^a com a melhor das intenções. Tive oportunidade de impugná-lo na primeira vez em que V. Ex^a ofereceu essa solução para que o Plenário decidisse sobre ela.

Quero felicitar V. Ex^a pela decisão que acaba de tomar mandando que se retorne ao sistema regimental e constitucional do voto secreto.

Sustentei, naquela oportunidade, que esse sistema da cédula única quebra o sigilo do voto, o que não é permitido pela Constituição.

V. Ex^a estranha minha declaração. Mas quero dizer a V. Ex^a que apanhei ainda há pouco de uma bancada, onde

há um volume considerável de cédulas, esta cédula que já está marcada. Penso que deve ser de alguma bancada, de algum líder ou de algum interessado que está orientando...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está assinada, também, nobre Deputado?

O SR. PRISCO VIANA — Não, a cédula não está assinada, mas está sendo distribuída já preenchida. Dessa forma, quebra-se inteiramente o sigilo do voto.

De sorte que, V. Ex^a tem esse elemento a mais para refletir porque sei que o seu interesse, que é o mesmo nosso, é agilizar as votações e dar eficiência ao Congresso.

Felicito V. Ex^a por haver decidido que a votação se faça pelo painel eletrônico.

O Sr. Clóvis Assis — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CLÓVIS ASSIS (PDT — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta cédula é um processo de votação racional, bem feito, mas é preciso que nós levantemos também aqui a *posteriori* a apuração das cédulas. Poucos dos colegas que estão aqui participaram da apuração dessa cédula nos 53 votos atrás. Para se ter uma idéia levamos mais de 24 horas para apurar 53 votos, e mais ainda, esses votos, após a apuração manual, são levados para um computador, onde três digitadores fazem a apuração. Tivemos centenas e centenas de erros. V. Ex^a prestem bem atenção como é complicada essa cédula na sua apuração. O resultado foi sair, praticamente, 48 horas após a apuração.

O Sr. Gilvan Borges — Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILVAN BORGES (PMDB — AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Mauro Benevides, V. Ex^a sabe da admiração e da deferência que todos nós temos pelo trabalho que desenvolve com tanto equilíbrio e com tanta inteligência. Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de vir aqui para me congratular com a iniciativa da Mesa, em criar um processo tão democrático, e tão secreto como este.

Esta cédula, Sr. Presidente, ela nos dá a oportunidade de estudar a matéria, a verdade é que está havendo aqui uma relação de forças entre liderados e líderes que tentam controlar o voto do deputado; e a Mesa, através da iniciativa, nos deu a oportunidade de realmente ter condições de estudar as matérias e dar o nosso voto secretamente.

Sr. Presidente, estamos trazendo aqui as nossas congratulações e lamento profundamente de não ter tido o direito de depositar meu voto nas urnas.

Queria deixar meu protesto veemente àqueles que tentam manipular a decisão do parlamentar, porque deputado tem que deixar de ser mandado por lideranças que não querem respeitar as nossas decisões.

Parabéns à iniciativa da Mesa e que submeta essa decisão ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Mesa agradece ao Congressista Gilvan Borges sua manifestação incisiva, defendendo essa sistemática sugerida pela Mesa e rechaçada por algumas lideranças desta Casa.

O Sr. Valter Pereira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB — MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, veja V. Ex^a que a voz unânime dos Srs. Congressistas é de aprovação a essa iniciativa tomada pela Mesa do Congresso Nacional, que visa dar celeridade às decisões desta Casa.

A Liderança do PMDB já colocou aqui claramente a sua aprovação a esse procedimento. A única ressalva feita pela Liderança do PMDB é no sentido de colocar em votação uma cédula com todas essas matérias com um prazo tão exíguo do recebimento pelos Senhores Parlamentares.

Em razão disso, gostaria de sugerir a V. Ex^a, Sr. Presidente, que suspendesse esta votação de hoje e que essa mesma cédula fosse distribuída a todos os Parlamentares com um prazo de 48 horas ou mais, para que todos pudessem tomar ciência da matéria que será votada e, então, voltasse a se adotar essa mesma sistemática.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nobre Deputado Valter Pereira, se houve lapso na entrega das cédulas, realmente foi uma falha que não permitiu certamente aos Deputados comparar com o anexo as matérias para que, com pleno conhecimento de causa, pudessem votar.

V. Ex^a faz um apelo no sentido de que não se formalize a votação hoje pelo processo tradicional para um reestudo dessa matéria. A Mesa tende a acolher essa solicitação, embora entenda que, se remanescer a dúvida no espírito das Lideranças de que essa não é a melhor processualística, evidentemente terá que ter humildade diante dos fatos e se dobrar à manifestação das Lideranças desta Casa, mesmo entendendo que os liderados, pela manifestação em contradição aqui, estão desejando essa oportunidade de escolherem, eles próprios, a melhor maneira de apreciar os vetos presidenciais.

O Sr. João de Deus Antunes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDS — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos aqui cerrar fileiras, juntamente com outros colegas liderados, por quatro ou cinco Deputados líderes de esquerda ou de direita, radicais que sempre procuram desvirtuar aquilo de bom que se apresenta nesta Casa.

V. Ex^a tem sido pródigo, iluminado e sábio nas suas decisões e o que nos traz aqui, democraticamente, é o melhor para nós e nos deu condições de, no gabinete, examinarmos não atrelados a uma decisão de líderes — ao meu tenho o maior respeito, é um verdadeiro amigo — com liberdade escolhermos o que iríamos marcar em nosso voto.

Sr. Presidente, há um grupo aqui daquele que se *hay* *gobierno soy contra*. São esses, Sr. Presidente, que têm assessores da mais qualificada competência que tiveram tempo, meses, para examinar esses vetos e repassar para seus liderados, porém, Sr. Presidente, eles não têm poder de arrematar. Alguém disse aqui que com esse número é impossível

votar. Não é verdade. Eles não têm possibilidade de arrematar, de fazer com que aqueles que são liderados andem fazendo aquilo que eles querem, porque eles querem que amanhã estejamos execrados, colocados na imprensa e esta bate nos Deputados e nos Senadores, porém não bate nos líderes. Esses líderes que se levantam, Sr. Presidente, hoje, aqui, amanhã são exaltados pela imprensa, enquanto que todos nós estamos de cabeça inchada.

O que queremos, Sr. Presidente, é parabenizá-lo e dizer que toda a grande maioria que está aqui quer votar com aquilo que V. Ex^a decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Muito grato a V. Ex^a nobre Deputado João de Deus Antunes.

Apenas diria a V. Ex^a que ao alegar que a expressão *se hay gobierno soy contra* V. Ex^a na noite de hoje viu exatamente o inverso, os que são contra ficaram com o Governo e o Governo resolveu ficar contra.

Portanto, há um apelo para que não processemos votação durante o dia de hoje, já que a presença em plenário, indiscutivelmente, é reduzida, o *quorum* é baixo para apreciar essas matérias polêmicas. A Mesa, então, dobra-se a esta evidência.

O Sr. Eduardo Jorge — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em uma de suas últimas colocações V. Ex^a admitiu a possibilidade de continuar usando a cédula em outra oportunidade e como esse encaminhamento pode ter uma importância grande, daqui para o futuro, quero fazer uma observação que, aliás, tem sido nossa posição, desde o início.

Admitimos, é verdade, a utilização desse mérito de votação para alguns vetos que, do nosso ponto de vista, já estão superados, politicamente. E isso por consenso, através de negociação entre vários partidos. Porém, em alguns itens que consideramos polêmicos, faz-se necessário que haja encaminhamentos a favor ou contra e, eventualmente, até a presença em plenário, com a sociedade a nos acompanhar. Daí por que vamos continuar reivindicando que sejam votados separadamente, por isso apresentamos destaques.

Não nos furtaremos a discutir com a Presidência a utilização desse método, desde que seja consensualmente colocado pelas várias lideranças em torno de alguns vetos superados politicamente. Porém, em casos polêmicos, e aí, qualquer Deputado, mesmo sem ser líder, pode fazer um requerimento de destaque, e tem o direito de fazê-lo, em relação a cédula. Não é preciso ser líder para fazer esse requerimento de destaque, qualquer Deputado pode fazê-lo. Por isso a utilização de um método desse tipo tem que ter grande consenso.

Para concluir, Sr. Presidente, não há nenhuma possibilidade de os líderes controlarem os votos já que eles são secretos. Então, se há o voto que não permite a influência das lideranças sobre os seus liderados o voto é esse. Ele é absolutamente secreto e apenas com sua autoridade moral e política as lideranças não podem realmente influenciar os seus liderados.

É preciso que os Parlamentares que aqui vieram e acusaram os seus líderes reflitam melhor, porque este é exatamente

o caso onde a ditadura de liderança não pode se exercer de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Portanto, esclarecida a matéria o contraditório se fez nesta Casa da forma mais liberal e democrática possível.

Vamos convocar oportunamente uma outra sessão do Congresso para que os vetos sejam apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 28 minutos.)